

PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA SOBRE A RELAÇÃO DE ENSINO COLABORATIVO ENTRE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E PROFESSORES REGENTES

Vandeilson de Queiroz Nóbrega ¹

INTRODUÇÃO

A Educação Especial, na perspectiva de educação inclusiva é uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas do ensino, tem como princípio a garantia de uma educação inclusiva, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência na escola regular. Nesse contexto, o ensino colaborativo, entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regentes, configura-se como estratégia fundamental para a promoção da acessibilidade curricular e para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014):

“O coensino é uma estratégia de inclusão escolar, ou seja, busca favorecer a participação e a aprendizagem da criança na classe comum, e foi desenvolvida para evitar sistemas de retiradas ou de escolarização separadas de alunos da população alvo da educação especial” (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014, p.108).

Compreendemos que o ensino colaborativo favorece a participação plena dos alunos com deficiência na sala de aula comum, respeitando o princípio da não segregação e promovendo a socialização entre todos. Sendo assim, o estudo tem como objetivo analisar dissertações de mestrado que discutem a relação entre o ensino colaborativo desenvolvido por professores do AEE e professores regentes, tomando como referência produções acadêmicas disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, fonte de reconhecida relevância e abrangência na área educacional. O recorte temporal adotado compreende o período de 2020 a 2025, de

¹ Vandeilson de Queiroz Nóbrega - Gestor Escolar de Escola de ensino Médio, vandeilsonqn@yahoo.com.br;



modo a contemplar pesquisas recentes que evidenciem avanços, desafios e tendências no processo de efetivação de práticas inclusivas.

A investigação orientou-se pela seguinte questão norteadora: quais são os entraves e as possibilidades para a efetivação do ensino colaborativo entre professores do AEE e professores regentes no contexto da escola inclusiva? Essa questão guiou todo o processo de levantamento, leitura e análise do material, possibilitando uma sistematização crítica acerca dos limites e potencialidades da prática colaborativa entre esses profissionais. Para maior rigor metodológico, utilizaram-se as seguintes palavras-chave: Ensino Colaborativo; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Professor Regente.

METODOLOGIA

Procedimento metodológico adotado corresponde a uma revisão de literatura de natureza sistemática e documental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, conforme a definição proposta por Antônio Carlos Gil (2010), e fundamenta-se em produções acadêmicas recentes que tratam da temática em questão. A escolha desse percurso metodológico justifica-se pela relevância do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES como base de dados que reúne pesquisas avaliadas no âmbito da pós-graduação brasileira, conferindo credibilidade e consistência à análise desenvolvida.

O corpus da pesquisa foi constituído por oito dissertações de mestrado identificadas no referido catálogo. Uma produção inicialmente localizada foi excluída por se tratar de uma tese de doutorado, não se enquadrando, portanto, nos critérios previamente estabelecidos. Para a seleção do material, definiram-se critérios de inclusão e exclusão rigorosos: foram consideradas apenas as dissertações que abordavam diretamente o ensino colaborativo entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regentes no contexto da escolar de educação inclusiva, sendo desconsideradas aquelas que não dialogavam com a questão norteadora ou que correspondiam a outros níveis acadêmicos.

A análise das dissertações evidenciou que o ensino colaborativo constitui um elemento central para a efetivação da educação inclusiva, ao favorecer a



corresponsabilidade docente, a inovação pedagógica e a promoção da equidade. Contudo, o estudo também revelou entraves significativos, como a ausência de políticas públicas consistentes, a insuficiência de formação continuada e a escassez de tempo destinado ao planejamento conjunto. A superação desses desafios demanda uma reorganização coletiva do trabalho pedagógico, sustentada por formações críticas, políticas inclusivas permanentes e apoio institucional efetivo.

A pesquisa iniciou-se com a definição da pergunta e a delimitação do problema, centrado nas contribuições do ensino colaborativo entre o professor regente e o professor do AEE. As buscas foram realizadas na Plataforma CAPES, utilizando os descritores “ensino colaborativo”, “AEE” e “professor regente”, com recorte temporal de 2020 a 2025.

Na triagem, procedeu-se à leitura integral e seleção dos estudos pertinentes ao tema. Posteriormente, realizou-se a análise crítica dos trabalhos, identificando contribuições, convergências e lacunas teóricas sobre o ensino colaborativo no contexto educacional inclusivo.

Quadro 1 – Dissertações achadas na plataforma CAPES

Palavras-chave	Total inicial	Total após critérios de inclusão e exclusão	Selecionados
Ensino colaborativo + AEE + professor regente	8	7	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este estudo fundamenta-se na análise de pesquisas de mestrado que abordam a palavra-chave “Ensino colaborativo entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regentes”, por meio de uma revisão de literatura.

As pesquisas estão sintetizadas no Quadro 3 a seguir:

Instituição	Título / Autor	Tipo / Ano	Plataforma
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP FRANÇA	<i>A educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em escolas públicas municipais</i> Mozetti, Fernanda Cristina de Souza	Dissertação / 2022	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	<i>Articulação do trabalho pedagógico do atendimento educacional especializado com o ensino regular na rede municipal de Corumbá(MS)</i> Trovo, Kariny araujo Delgado	Dissertação / 2023	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Universidade do Estado de santa Catarina – UDESC	<i>As contribuições do atendimento educacional especializado para a</i>	Dissertação / 2022	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES



Instituição	Título / Autor	Tipo / Ano	Plataforma
	<i>escolarização de estudantes autistas</i> Costa, Bruna Gomes dos Santos		
Universidade Federal de Catalão – UFCAT	<i>Atuação docente e a tecnologia assistiva na escolarização de alunos com deficiência visual</i> Carvalho, Debora Carla de Souza	Dissertação / 2023	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Universidade Federal de Catalão – UFCAT	<i>Inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: práticas pedagógicas e possibilidades de ensino colaborativo</i> Teixeira, Priscila Gervásio	Dissertação / 2023	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	<i>Projeto em multiníveis: uma proposta de prática pedagógica diferenciada em uma escola da rede municipal de ensino de Castelo/ES</i> Delesposte, Eliana Louzada	Dissertação / 2022	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Universidade Estadual de Goiás – UEG	<i>Políticas públicas educacionais e a escolarização do estudante surdo em um contexto de uma escola municipal de Anápolis/GO</i> Ferreira, Cleonice Bicudo da Rocha	Dissertação / 2023	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa contempla as principais discussões conceituais acerca do ensino colaborativo, delineando a trajetória teórica que sustenta o estudo ao longo do recorte temático proposto, com o propósito de identificar contribuições, convergências e desafios presentes nas produções acadêmicas.

Mozetti (2022), na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP–Franca), destaca a importância da articulação entre professores regentes e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas. O ensino colaborativo é apontado como elemento essencial para a efetividade da educação inclusiva, por promover o planejamento conjunto e a corresponsabilidade pedagógica. O estudo evidencia fragilidades relacionadas à formação continuada, à gestão escolar e ao diálogo com as famílias, concluindo que a consolidação da inclusão de estudantes com TEA depende de práticas colaborativas consistentes e sustentadas por políticas públicas.

Trovo (2023), na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), demonstra que a inclusão escolar só se concretiza plenamente quando há



colaboração entre o professor regente e o do AEE. Embora reconhecido como fundamental, o ensino colaborativo enfrenta barreiras como a falta de sistematização, a descontinuidade das políticas públicas e a ausência de tempo institucional para o planejamento conjunto. A autora conclui que a comunicação constante, a formação continuada e as práticas inovadoras são indispensáveis para garantir aprendizagens significativas e respeitar as singularidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

Costa (2022), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), analisou o processo de escolarização de estudantes autistas nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco nas práticas inclusivas e na colaboração entre professores regentes e do AEE. Fundamentada no modelo social de deficiência e na perspectiva da neurodiversidade, a pesquisa apontou que a inclusão efetiva requer ensino colaborativo, no qual o AEE desempenha papel essencial na eliminação de barreiras e adaptação de recursos. Como produto educacional, elaborou-se um Guia de Boas Práticas com estratégias sensoriais, comunicacionais e interacionais. Conclui-se que a corresponsabilidade entre regente e AEE é condição para uma escola inclusiva, ainda carecendo de políticas de suporte e orientações sistematizadas.

Carvalho (2023), na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), investigou o uso de tecnologias assistivas na escolarização de estudantes com deficiência visual, considerando a atuação de professoras regentes e do AEE. Os resultados revelaram práticas divergentes e pouca colaboração entre os profissionais, além do desconhecimento sobre recursos como braile, softwares leitores de tela, sorobã e materiais táteis. A autora conclui que a ausência de formação continuada e de articulação pedagógica compromete a inclusão, enquanto a qualificação docente e as parcerias intersetoriais são estratégias fundamentais para o ensino colaborativo.

Teixeira (2023), também na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), investigou a articulação entre professores regentes, profissionais do AEE e de apoio na educação infantil. Fundamentada na teoria histórico-cultural de Vygotski, a pesquisa evidenciou a necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo, ampliar a formação dos profissionais de apoio e integrar o AEE à classe comum. Conclui-se que a inclusão efetiva exige mudanças estruturais, formação continuada e corresponsabilidade pedagógica, reafirmando o ensino colaborativo como condição essencial para o desenvolvimento das crianças com deficiência.



Delesposte (2022), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), demonstra que a inclusão escolar se fortalece quando há parceria efetiva entre professor regente e docente do AEE, no contexto de um ensino colaborativo. A pesquisa-ação colaborativo-crítica revelou que ambos atuam de forma integrada na construção do *Projeto em Multiníveis*, promovendo práticas pedagógicas diferenciadas sem fragmentar a sala de aula. O estudo defende a corresponsabilidade docente e a cultura de colaboração como bases da inclusão escolar.

Por fim, Ferreira (2023), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), aponta que a inclusão de estudantes surdos requer políticas públicas que garantam a educação bilíngue e o fortalecimento do ensino colaborativo entre professor regente, AEE e intérprete de Libras. Apesar dos avanços, persistem desafios como a falta de sistematização e de formação continuada. Conclui-se que a colaboração docente, o planejamento conjunto e a valorização da Libras são fundamentais para uma educação inclusiva de qualidade, que assegure acesso, permanência e aprendizagem significativa aos estudantes surdos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada evidencia que o ensino colaborativo entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regentes constitui elemento indispensável para a consolidação da escola inclusiva, pois possibilita corresponsabilidade pedagógica, acessibilidade curricular e práticas educativas mais equitativas. Todavia, os estudos também revelam entraves significativos, relacionados sobretudo à fragilidade da formação docente, à ausência de tempo destinado ao planejamento conjunto e à persistência de concepções que reduzem o AEE a um espaço de apoio compensatório. Nesse sentido, a superação desses desafios requer o fortalecimento de políticas públicas consistentes, a ampliação de processos formativos críticos e contínuos e a valorização do trabalho coletivo como princípio estruturante da inclusão escolar. Conclui-se, portanto, que a efetividade do ensino colaborativo demanda tanto o compromisso individual dos profissionais quanto o suporte institucional e político, de modo a assegurar a todos os estudantes o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que uma das principais barreiras à consolidação do ensino colaborativo reside na fragilidade da formação continuada dos docentes em educação inclusiva, bem como na compreensão restrita das atribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este ainda é, em muitos contextos, interpretado como um espaço de apoio compensatório, em vez de ser reconhecido como ambiente de coensino, corresponsável pelo planejamento e pela implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo; Atendimento Educacional Especializado; Professor Regente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Emanuela; VILARONGA, B.; ZERBATO, C. Coensino e inclusão escolar: uma estratégia para a participação de alunos com deficiência. In: **JORNADA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: [s.n.], 2014. p. 108.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Define as diretrizes operacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

